

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 003/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 07 de março de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões na Sede do Ministério Público, situada à 5ª Avenida, 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.125536/2014. ASSUNTO: ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO REFERENTE À AFERIÇÃO DE MERECEMENTO PARA FINS DE PROMOÇÃO E REMOÇÃO. INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – AMPEB. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO. VOTO VISTA: CONSELHEIRA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA.

02. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.228563/2016. ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO NO EXTERIOR. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA FELIPE OTAVIANO RANAURO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.

03. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.18/2017. ASSUNTO: RENÚNCIA À REMOÇÃO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ANDRÉ BANDEIRA DE MELO. RELATOR: CONSELHEIRA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA.

04. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

4.1. Procedimento Ministerial nº 001.0.110765/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.2. Procedimento Ministerial nº 003.0.47519/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;

4.3. Procedimento Ministerial nº 593.0.200498/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

4.4. Inquérito Civil nº 167.0.74791/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

4.5. Procedimento Ministerial nº 001.0.251074/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.6. Procedimento Ministerial nº 598.0.162491/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.7. Inquérito Civil nº 003.0.137527/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

4.8. Inquérito Civil nº 003.0.72612/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

4.9. Procedimento Ministerial nº 598.0.147163/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

4.10. Inquérito Civil nº 003.0.176507/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do

Consumidor;

4.11. Inquérito Civil nº 167.0.242676/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

4.12. Procedimento Ministerial nº 682.0.183036/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Caetité.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

4.13. Procedimento Ministerial nº 596.0.70035/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

4.14. Inquérito Civil nº 710.0.156385/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Jeremoabo;

4.15. Inquérito Civil nº 597.0.145324/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

4.16. Procedimento Ministerial nº 035.0.184703/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

4.17. Procedimento Ministerial nº 114.0.221361/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

4.18. Procedimento Ministerial nº 003.0.124274/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Consumidor;

4.19. Inquérito Civil nº 644.0.161046/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

4.20. Inquérito Civil nº 674.0.9062/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

4.21. Procedimento Ministerial nº 608.0.28717/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.22. Inquérito Civil nº 705.0.162875/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

4.23. Inquérito Civil nº 600.0.87240/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

4.24. Procedimento Ministerial nº 608.0.42310/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.25. Procedimento Ministerial nº 705.0.210880/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

4.26. Procedimento Ministerial nº 591.0.173528/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

4.27. Procedimento Ministerial nº 114.0.191325/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

4.28. Procedimento Ministerial nº 598.0.184775/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

4.29. Inquérito Civil nº 608.0.51920/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.30. Inquérito Civil nº 027.1.30796/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

4.31. Procedimento Ministerial nº 001.0.195039/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.32. Procedimento Ministerial nº 114.0.70917/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

4.33. Procedimento Ministerial nº 001.0.110322/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.34. Procedimento Ministerial nº 608.0.176283/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.35. Procedimento Ministerial nº 003.0.108340/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

4.36. Procedimento Ministerial nº 596.0.172143/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

- 4.37. Inquérito Civil nº 597.0.195309/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.38. Inquérito Civil nº 674.0.195625/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.39. Inquérito Civil nº 598.0.118139/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.40. Inquérito Civil nº 190.0.81247/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.41. Inquérito Civil nº 702.0.75397/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.42. Procedimento Ministerial nº 003.0.262249/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 4.43. Inquérito Civil nº 003.0.172852/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.44. Procedimento Ministerial nº 608.0.112260/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.45. Procedimento Ministerial nº 590.0.6494/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.46. Inquérito Civil nº 591.0.62109/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 4.47. Procedimento Ministerial nº 212.0.165821/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 4.48. Procedimento Ministerial nº 596.0.105654/2013, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.49. Procedimento Ministerial nº 241.0.103339/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 4.50. Procedimento Ministerial nº 596.0.120244/2015, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 4.51. Procedimento Ministerial nº 608.0.24573/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.52. Procedimento Ministerial nº 608.0.188131/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.53. Procedimento Ministerial nº 679.0.225821/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 4.54. Procedimento Ministerial nº 591.0.54069/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 4.55. Procedimento Ministerial nº 521.0.181814/2012, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 4.56. Procedimento Ministerial nº 696.0.188571/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.57. Procedimento Ministerial nº 593.0.187192/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.58. Procedimento Ministerial nº 598.0.219367/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.59. Procedimento Ministerial nº 657.0.259962/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 4.60. Procedimento Ministerial nº 003.0.78626/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.61. Procedimento Ministerial nº 598.0.133167/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 4.62. Inquérito Civil nº 003.0.62754/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.63. Procedimento Ministerial nº 163.0.72458/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 4.64. Procedimento Ministerial nº 001.0.151363/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.65. Procedimento Ministerial nº 285.0.149365/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 4.66. Procedimento Administrativo nº 003.0.10090/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.67. Procedimento Ministerial nº 001.0.183635/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.68. Procedimento Ministerial nº 608.0.76087/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.69. Procedimento Ministerial nº 003.0.180847/2015, da Procuradoria-Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos;
- 4.70. Procedimento Ministerial nº 003.0.106668/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.71. Procedimento Ministerial nº 001.0.6360/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.135539/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.73. Procedimento Ministerial nº 597.0.254699/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.74. Procedimento Ministerial nº 608.0.212087/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.75. Inquérito Civil nº 003.0.265068/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.76. Procedimento Ministerial nº 593.0.191838/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 4.77. Procedimento Ministerial nº 003.0.13092/2011, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 4.78. Procedimento Ministerial nº 003.0.58221/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 4.79. Inquérito Civil nº 708.0.209876/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 4.80. Inquérito Civil nº 003.0.21463/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental, Costa do Cacau Leste, com sede em Ilhéus;
- 4.81. Procedimento Ministerial nº 241.0.12641/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 4.82. Inquérito Civil nº 720.0.246528/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.83. Inquérito Civil nº 003.0.143611/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.84. Inquérito Civil nº 592.0.252906/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.85. Procedimento Ministerial nº 001.0.145887/2015, da 3ª Promotoria de Justiça

de Ilhéus;

4.86. Procedimento Ministerial nº 001.0.63911/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.87. Inquérito Civil nº 003.0.162619/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

4.88. Inquérito Civil nº 001.0.59808/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

4.89. Inquérito Civil nº 003.0.16962/2016, do Grupo de Educação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

4.90. Procedimento Ministerial nº 241.0.9986/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;

4.91. Inquérito Civil nº 693.0.6652/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;

4.92. Procedimento Ministerial nº 003.0.218464/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

4.93. Procedimento Ministerial nº 598.0.115386/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

4.94. Inquérito Civil

4.95. Inquérito Civil nº 003.0.68691/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

4.96. Inquérito Civil nº 678.0.34317/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

4.97. Inquérito Civil nº 001.9.5149/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.98. Inquérito Civil nº 003.0.232499/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

4.99. Inquérito Civil nº 167.0.58729/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;

4.100. Inquérito Civil nº 696.0.127635/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;

4.101. Inquérito Civil nº 596.0.89153/2014, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

4.102. Procedimento Ministerial nº 699.0.204872/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

4.103. Inquérito Civil nº 933.0.219830/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

4.104. Inquérito Civil nº 167.0.228125/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

4.105. Inquérito Civil nº 596.0.221898/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

4.106. Procedimento Ministerial nº 163.0.72501/2009, da Promotoria de Justiça de Maracás;

4.107. Inquérito Civil nº 592.0.24824/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

4.108. Inquérito Civil nº 597.1.106576/2005, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

4.109. Inquérito Civil nº 272.0.34899/2016, da Promotoria de Justiça de Igaporã;

4.110. Inquérito Civil nº 003.0.12411/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

4.111. Procedimento Ministerial nº 608.0.14931/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.112. Inquérito Civil nº 674.0.236220/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

- 4.113. Inquérito Civil nº 003.0.89329/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.114. Procedimento Ministerial nº 598.0.121667/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.115. Procedimento Ministerial nº 598.0.214313/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.116. Procedimento Ministerial nº 598.0.241093/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.117. Inquérito Civil nº 600.0.22674/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.118. Procedimento Ministerial nº 608.0.38401/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.119. Inquérito Civil nº 597.0.135792/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 4.120. Inquérito Civil nº 592.0.198517/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 4.121. Procedimento Ministerial nº 003.0.89723/2014, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 4.122. Inquérito Civil nº 003.0.85082/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.123. Procedimento Ministerial nº 114.0.196029/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 4.124. Inquérito Civil nº 003.0.91936/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.125. Inquérito Civil nº 709.0.24125/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 4.126. Procedimento Ministerial nº 720.0.45937/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.127. Inquérito Civil nº 035.0.147730/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.128. Procedimento Ministerial nº 035.0.218426/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.129. Inquérito Civil nº 677.0.54654/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 4.130. Inquérito Civil nº 003.0.26781/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 4.131. Procedimento Ministerial nº 696.0.130073/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.132. Inquérito Civil nº 003.0.169838/2009, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 4.133. Procedimento Ministerial nº 696.0.104890/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.134. Procedimento Ministerial nº 708.0.219682/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 4.135. Inquérito Civil nº 720.0.128932/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 4.136. Procedimento Ministerial nº 705.0.190383/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.137. Inquérito Civil nº 698.0.138/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 4.138. Inquérito Civil nº 003.0.32662/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 4.139. Procedimento Ministerial nº 003.0.101318/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 4.140. Inquérito Civil nº 003.0.169363/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.141. Inquérito Civil nº 003.0.96885/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.142. Inquérito Civil nº 003.0.6992/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.143. Procedimento Ministerial nº 015.0.122327/2016, da Promotoria de Justiça de Araci.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 4.144. Procedimento Ministerial nº 001.0.149820/215, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.145. Procedimento Ministerial nº 598.0.72253/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.146. Procedimento Ministerial nº 003.0.98687/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.147. Procedimento Ministerial nº 001.0.8160/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.148. Inquérito Civil nº 003.0.26643/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.149. Procedimento Ministerial nº 001.0.67878/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.150. Procedimento Ministerial nº 717.0.142775/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
- 4.151. Procedimento Ministerial nº 003.0.103829/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.152. Inquérito Civil nº 001.0.165009/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.153. Procedimento Ministerial nº 598.0.136169/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 4.154. Inquérito Civil nº 035.0.86053/2012, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.155. Inquérito Civil nº 600.0.31276/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 4.156. Procedimento Ministerial nº 598.0.182673/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 4.157. Procedimento Ministerial nº 003.1.13467/2003, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 4.158. Inquérito Civil nº 003.0.12106/2008, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 4.159. Inquérito Civil nº 003.0.10452/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e do Combate à Discriminação - GEDHDIS;
- 4.160. Procedimento Ministerial nº 003.0.232834/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.161. Inquérito Civil nº 096.0.125299/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 4.162. Procedimento Ministerial nº 681.1.134066/2006, da Promotoria de Justiça de

Uauá;

4.163. Procedimento Ministerial nº 003.0.197931/2009, do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

4.164. Procedimento Ministerial nº 003.0.189120/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

4.165. Inquérito Civil nº 003.0.101967/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.166. Inquérito Civil nº 003.0.76543/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

05. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 22 de fevereiro de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público